

JORGE DUARTE PINHEIRO

O DIREITO DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO

8.^A EDIÇÃO

 GESTLEGAL

ÍNDICE GERAL

Siglas e Abreviaturas.....	7
----------------------------	---

INTRODUÇÃO

1. Noção e objecto do Direito da Família	13
1.1. A família em sentido jurídico.....	13
1.2. O alargamento do objecto do Direito da Família	18
2. O Direito da Família enquanto ramo do Direito Civil	19
2.1. O Direito da Família enquanto Direito	19
2.2. O Direito da Família na dicotomia Direito Público-Direito Privado	22
3. Plano, fontes e bibliografia.....	26
3.1. Plano de leccionação do Direito da Família	26
3.2. Fontes do Direito civil da Família	29
3.3. Bibliografia geral da disciplina de Direito da Família.....	33
4. A demanda do critério de relação jurídica familiar	36
4.1. O elenco legal de fontes de relações jurídicas familiares.....	36
4.2. A qualificação como relação jurídica familiar	37
4.3. Referência genérica ao casamento e à adopção	38
5. O parentesco.....	40
5.1. Noção de parentesco; graus e linhas.....	40

ÍNDICES

•	
5.2. Efeitos do parentesco	42
5.3. Extinção do vínculo de parentesco	44
6. A afinidade	44
6.1. Noção de afinidade; graus e linhas.....	44
6.2. Efeitos e extinção do vínculo de afinidade.....	45
7. A hipótese de relações jurídicas familiares inominadas	48
7.1. A identificação do critério de relação jurídica familiar	48
7.2. Relações familiares inominadas e relações parafamiliares	50
8. A obrigação de alimentos enquanto efeito das relações familiares e para- familiares.....	53
8.1. A importância da obrigação de alimentos no Direito da Família	53
8.2. Natureza e regime da obrigação de alimentos	54
9. Características do Direito da Família.....	62
9.1. Permeabilidade à realidade social	62
9.2. Crescente internacionalização.....	66
9.3. Prevalência da dimensão pessoal sobre a patrimonial.....	67
9.4. Recurso a conceitos indeterminados.....	68
9.5. Profusão de normas injuntivas.....	68
9.6. Oscilação entre institucionalismo e individualismo ético.....	69
9.7. Lógica de protecção.....	70
9.8. Grande abertura ao uso da mediação e de outros métodos alternati- vos de resolução de conflitos	71
10. Características das situações jurídicas familiares.....	74
10.1. Enunciado.....	74
10.2. Natureza estatutária	75
10.3. Indisponibilidade.....	75
10.4. Durabilidade virtual.....	76
10.5. Funcionalidade acentuada.....	76
10.6. Oponibilidade <i>erga omnes</i>	77
10.7. Tipicidade	78
10.8. O problema da garantia.....	79
11. O regime constitucional das matérias que são objecto do Direito da Família	82
11.1. Normas da Constituição da República Portuguesa com relevo jus- familiar	82

•

11.2. Princípios constitucionais aplicáveis à generalidade das matérias que são objecto do Direito da Família, fundados em normas preceptivas.....	83
11.3. Princípios constitucionais de Direito Matrimonial, fundados em normas preceptivas	86
11.4. Princípios constitucionais de Direito da Filiação, fundados em normas preceptivas.....	89
11.5. Princípios de protecção consagrados em normas programáticas.....	92
12. O Direito Europeu da Família.....	94
12.1. Os três níveis.....	94
12.2. Uniformização e unificação do Direito da Família no território da União Europeia.....	94
12.3. Regulamentos com incidência familiar.....	99
12.4. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH).....	105

PARTE I

DIREITO DA FILIAÇÃO

Capítulo I — Constituição do vínculo de filiação.....	113
Secção I — Noção e modalidades de filiação	113
13. Noção de filiação.....	113
14. Modalidades de filiação.....	123
15. Critério biológico e critério social ou “afectivo”	124
Secção II — Estabelecimento da filiação, no caso de procriação através de acto sexual.....	129
16. A distinção entre estabelecimento da maternidade e estabelecimento da paternidade	129
17. Estabelecimento da maternidade	131
17.1. Enunciado de modos de estabelecimento da maternidade	131
17.2. Declaração de maternidade.....	132
17.3. Reconhecimento judicial da maternidade.....	138
17.4. A averiguação oficiosa da maternidade.....	141
18. Estabelecimento da paternidade	145
18.1. Enunciado de modos de estabelecimento da paternidade.....	145

ÍNDICES

•

18.2. A distinção entre filiação dentro e fora do casamento.....	147
18.3. O momento da concepção	149
18.4. A presunção de paternidade.....	150
18.5. A perfilhação.....	154
18.6. O reconhecimento judicial da paternidade	160
18.7. A averiguação oficiosa da paternidade.....	179
Secção III — Constituição da adopção	182
19. Noção e modalidades de adopção	182
19.1. Noção de adopção.....	182
19.2. Modalidades de adopção	188
20. Requisitos da adopção interna	190
20.1. Enunciado de requisitos	190
20.2. Requisitos quanto ao adoptando	190
20.3. Requisitos quanto ao adoptante	191
20.4. Requisitos quanto à relação entre o adoptando e o adoptante	194
20.5. Requisitos da adopção quanto a terceiros	197
20.6. Requisitos da adopção quanto a terceiros (cont.): o consentimento dos pais do adoptando.....	199
20.7. Observações finais.....	199
21. O processo de adopção interna	200
22. A proibição de constituição e prova do vínculo de filiação biológica	204
23. Segredo da identidade e acesso ao conhecimento das origens	205
24. A adopção internacional.....	207
24.1. A adopção internacional de crianças residentes em Portugal	208
24.2. A adopção internacional de crianças residentes no estrangeiro	208
Secção IV — Constituição da filiação, no caso de procriação medicamente assistida	209
25. Particularidades da constituição do vínculo de filiação decorrente de PMA	209
26. A procriação medicamente assistida (PMA).....	211
26.1. Noção de PMA	211
26.2. Técnicas de procriação medicamente assistida.....	213
26.3. Enunciado de questões suscitadas pela procriação medicamente assistida.....	215

•	
26.4. A legislação sobre procriação medicamente assistida.....	216
26.5. Motivos legítimos de recurso à procriação medicamente assistida	222
26.6. Os beneficiários do acesso à procriação assistida	224
26.7. A admissibilidade dos processos heterólogos.....	228
26.8. O anonimato do dador.....	231
26.9. A gestação ou maternidade de substituição.....	235
26.10. A procriação assistida <i>post mortem</i>	253
26.11. O destino dos embriões excedentários.....	255
27. A filiação na PMA	257
27.1. Biologia e consentimento na filiação decorrente de PMA.....	257
27.2. A filiação por PMA heteróloga	260
27.3. A filiação decorrente de PMA ilícita.....	266
Capítulo II — Efeitos da filiação	269
Secção I — Generalidades	269
28. As condições de eficácia da filiação	269
29. O momento de produção dos efeitos da filiação	270
30. O princípio da não distinção quanto aos efeitos da filiação.....	271
30.1. Proibição de discriminação	271
30.2. Tendencial sujeição das outras modalidades de filiação ao regime de eficácia previsto para a filiação biológica.....	271
31. Ordem subsequente.....	271
Secção II — Efeitos gerais da filiação	272
32. Deveres paternofiliais	272
32.1. A enumeração legal de deveres paternofiliais	272
32.2. O dever de respeito	273
32.3. O dever de auxílio	273
32.4. O dever de assistência	273
32.5. Conexão com o Direito Tutelar	277
32.6. Caracteres dos deveres paternofiliais e das situações jurídicas activas correspondentes	277
32.7. Articulação dos deveres fundados em diversas relações familiares a que esteja vinculado o mesmo titular.....	278

ÍNDICES

33. Outros efeitos gerais da filiação	279
33.1. O nome do filho.....	279
33.2. A nacionalidade do filho.....	283
33.3. A entrada e permanência no território português	283
Secção III — As responsabilidades parentais.....	284
34. Noções.....	284
34.1. Conceito de responsabilidades parentais.....	284
34.2. Caracteres das responsabilidades parentais.....	287
34.3. Natureza jurídica das responsabilidades parentais.....	292
34.4. O registo das decisões relativas às responsabilidades parentais	296
35. Conteúdo das responsabilidades parentais	296
35.1. Enunciado de situações jurídicas compreendidas nas responsabili- dades parentais	296
35.2. O poder-dever de guarda	297
35.3. O poder-dever de dirigir a educação	300
35.4. O dever de prover ao sustento	302
35.5. O poder-dever de representação.....	303
35.6. O poder-dever de administração dos bens.....	304
35.7. O dever de obediência e a autonomia da criança.....	306
36. Exercício das responsabilidades parentais	307
36.1. Exercício em comum das responsabilidades parentais e exercício por um só dos pais; hipóteses de exercício por terceiro	307
36.2. Particularidades do exercício das responsabilidades parentais nos casos de progenitores que nunca viveram juntos, que se divorciaram ou se separaram	312
37. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	335
37.1. Preliminares.....	335
37.2. Inibição do exercício das responsabilidades parentais.....	336
37.3. Limitações ao exercício das responsabilidades parentais.....	338
38. Meios de suprimento das responsabilidades parentais	341
38.1. Preliminares	341
38.2. Tutela	342
38.3. Administração de bens.....	344

•	
Capítulo III — Extinção do vínculo de filiação	347
39. Enunciado de modos de extinção do vínculo de filiação	347
Secção I — Extinção retroactiva do vínculo de filiação	348
40. Extinção retroactiva da filiação decorrente de acto sexual	348
40.1. Extinção retroactiva da maternidade estabelecida	348
40.1.1. Impugnação da maternidade	348
40.1.2. Invalidade e caducidade da declaração de maternidade	349
40.2. Extinção retroactiva da paternidade estabelecida	350
40.2.1. Impugnação da paternidade	350
40.2.2. Impugnação, invalidade e caducidade da perfilhação	356
41. Extinção retroactiva da filiação adoptiva	359
42. Extinção retroactiva da filiação decorrente de PMA	360
Secção II — Extinção não retroactiva do vínculo de filiação.....	363
43. A extinção por morte do vínculo de filiação.....	363
44. Outros casos de extinção não retroactiva	365
PARTE II	
DIREITO TUTELAR	
Capítulo I — Protecção de crianças e jovens em perigo.....	369
45. A protecção das crianças	369
45.1. A protecção das crianças em geral.....	369
45.2. A protecção civil das crianças	372
46. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	373
46.1. O significado da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	373
46.2. Articulação entre a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, a Lei Tutelar Educativa e o Regime Geral de Processo Tutelar Cível	374
47. A intervenção para protecção da criança e do jovem em perigo.....	375
47.1. O pressuposto da situação de perigo.....	375
47.2. Princípios orientadores da intervenção	376

ÍNDICES

•

47.3. Comunicação de situações de crianças e jovens em perigo.....	377
47.4. Competência para intervir.....	378
48. Medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e dos jovens em perigo.....	380
48.1. Enumeração.....	380
48.2. Classificações.....	381
48.3. Prioridade a observar na aplicação das medidas de promoção e protecção.....	382
48.4. Medidas de promoção e protecção em especial.....	383
48.5. Os acordos de promoção e protecção.....	387
48.6. Execução, duração, revisão e cessação das medidas de promoção e protecção.....	388
48.7. O processo.....	390
Capítulo II — O apadrinhamento civil.....	393
49. O contexto do instituto.....	393
50. Noção de apadrinhamento civil.....	396
51. Constituição do apadrinhamento civil.....	397
52. Efeitos do apadrinhamento civil.....	400
53. Extinção do apadrinhamento civil.....	402
54. Natureza jurídica do apadrinhamento civil.....	404
Capítulo III — Protecção dos idosos.....	407
55. A protecção constitucional dos idosos.....	407
56. A protecção civil dos idosos.....	407
56.1. A insuficiência da protecção civil dos idosos.....	407
56.2. Os deveres filiais enquanto instrumentos de protecção.....	410
56.3. O acolhimento familiar de pessoas idosas.....	412
56.4. A necessidade de uma mudança.....	412
PARTE III	
DIREITO MATRIMONIAL	
Capítulo I — Constituição do vínculo matrimonial.....	417
57. Noção e modalidades do casamento.....	417
57.1. Noção de casamento civil.....	417
57.2. Modalidades do casamento.....	421

•

•	
58. Promessa de casamento	424
58.1. Noção e requisitos da promessa de casamento.....	424
58.2. Efeitos	425
59. Requisitos de fundo do casamento civil	426
59.1. O desaparecimento do requisito da heterossexualidade (“possibilidade legal”).....	426
59.2. Capacidade.....	433
59.2.1. Os impedimentos matrimoniais em geral	433
59.2.2. Impedimentos dirimentes.....	435
59.2.3. Impedimentos impeditentes.....	442
59.3. Consentimento	447
59.3.1. Os requisitos do consentimento matrimonial	447
59.3.2. Casamento por procuração.....	448
59.3.3. Falta de vontade negocial e divergências entre a vontade e a declaração	450
59.3.4. Erro-vício e coacção moral	451
60. Formalidades do casamento civil	453
60.1. A solenidade do casamento.....	453
60.2. Formalidades do casamento civil celebrado por forma civil	454
60.3. O registo do casamento	458
60.4. Formalidades do casamento civil celebrado por forma religiosa.....	460
60.5. Casamento urgente	462
60.6. Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal.....	465
61. Casamento católico.....	467
61.1. O casamento católico enquanto modalidade autónoma do casamento	467
61.2. Formalidades civis do casamento católico.....	470
Capítulo II — Efeitos do casamento.....	475
Secção I — Generalidades	475
62. O <i>status</i> ou estado de casado.....	475

ÍNDICES

63. O princípio da igualdade dos cônjuges.....	479
64. Os acordos sobre a orientação da vida em comum.....	481
65. A tutela da personalidade no casamento e a ideia do núcleo intangível da comunhão conjugal	482
Secção II — Deveres dos cônjuges	486
66. A centralidade e dificuldade da matéria dos deveres conjugais.....	486
67. O dever de respeito	487
68. O dever de fidelidade.....	489
69. O dever de coabitação.....	492
70. O dever de cooperação	494
71. O dever de assistência	497
72. Características dos deveres conjugais e das situações jurídicas activas correspondentes	506
Secção III — Efeitos do casamento no domínio do nome, da filiação, da nacionalidade, da entrada e permanência no território português.....	514
73. O apelido dos cônjuges.....	514
74. A filiação na constância do matrimónio	517
75. Casamento, nacionalidade, entrada e permanência no território português	520
Secção IV — Efeitos predominantemente patrimoniais do casamento.....	521
76. Preliminares	521
77. Convenções antenupciais	522
77.1. Noção de convenção antenupcial	522
77.2. O conteúdo da convenção antenupcial	524
77.3. A capacidade para celebrar convenções antenupciais	532
77.4. Forma e registo da convenção.....	534
77.5. Revogação e modificação da convenção	535
77.6. Invalidade e caducidade da convenção.....	538
78. Doações para casamento	539
78.1. Noção e espécies	539
78.2. Regime	540
79. Efeitos do casamento no campo do activo patrimonial	545
79.1. O regime de bens	545
79.1.1. Noção	545

	•	
79.1.2. Classificações		547
79.1.3. A comunhão conjugal de bens		550
79.1.4. O regime da comunhão de adquiridos		553
79.1.5. O regime da comunhão geral de bens.....		562
79.1.6. O regime da separação de bens		564
79.1.7. Regimes atípicos		565
79.2. A modificação superveniente do regime de bens		569
79.3. A administração dos bens do casal.....		573
79.3.1. A titularidade dos poderes de administração.....		573
79.3.2. Regime do exercício da administração conjugal.....		585
79.3.3. Providências administrativas.....		592
79.3.4. Contas bancárias singulares.....		594
79.4. Disposição dos bens do casal		598
79.4.1. Poderes de disposição		598
79.4.2. Poderes de disposição em vida sobre a generalidade dos bens móveis		598
79.4.3. Poderes de disposição em vida sobre a generalidade dos bens imó-		
veis e sobre o estabelecimento comercial.....		600
79.4.4. Poderes de disposição sobre a casa de morada da família.....		602
79.4.5. Poderes de disposição em vida quanto ao direito de aceitar ou		
rejeitar aquisições a título gratuito.....		603
79.4.6. Consentimento conjugal		604
79.4.7. Ilegitimidades conjugais.....		605
79.4.8. Poderes de disposição por morte		606
80. Efeitos do casamento no campo do passivo patrimonial		607
80.1. Legitimidade dos cônjuges para contrair dívidas		607
80.2. Responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas contraídas.....		607
80.3. Bens que respondem pelas dívidas dos cônjuges.....		613
80.4. Compensações devidas pelo pagamento das dívidas do casal.....		615
81. A partilha dos bens comuns do casal.....		617
81.1. Noção e pressupostos.....		617
81.2. O contrato-promessa de partilha e a partilha, antes da cessação das		
relações patrimoniais dos cônjuges ou da separação superveniente de bens		618
81.3. A situação dos bens no período que decorre entre a cessação das		
relações patrimoniais dos cônjuges, ou separação superveniente de bens, e		
a partilha		620

ÍNDICES

•

81.4. Formas de partilha.....	621
81.5. As operações da partilha	622
82. Os contratos entre cônjuges	627
82.1. As doações entre casados.....	627
82.2. Outros contratos entre os cônjuges	630
Secção V — Efeitos do casamento em situações de ruptura da vida em comum	634
83. A separação de facto.....	634
83.1. Noção de separação de facto	634
83.2. Efeitos da separação de facto	636
84. A separação de pessoas e bens	640
84.1. Noção e natureza da separação de pessoas e bens.....	640
84.2. Efeitos da separação de pessoas e bens	641
84.3. Causas de cessação da separação de pessoas e bens.....	643
Capítulo III — Extinção do vínculo matrimonial.....	647
85. Enunciado	647
Secção I — Invalidez do casamento	647
86. Valores negativos do casamento civil.....	647
86.1. Enunciado	647
86.2. Inexistência	648
86.3. Anulabilidade.....	649
87. A nulidade do casamento católico	650
88. Casamento putativo.....	652
88.1. Noção e natureza jurídica.....	652
88.2. Requisitos gerais do casamento putativo.....	652
88.3. Regime geral de eficácia putativa	653
88.4. Casos especiais de eficácia putativa.....	656
Secção II — Dissolução por morte	657
89. Efeitos da dissolução por morte	657

•

Secção III — Divórcio	659
90. Generalidades	659
90.1. Noção de divórcio; evolução histórica do respectivo regime.....	659
90.2. Modalidades de divórcio	662
90.3. O direito ao divórcio	664
91. Divórcio por mútuo consentimento.....	665
91.1. Pressupostos	665
91.2. Processo	665
92. Divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (ou divórcio litigioso em sentido restrito).....	669
92.1. Causas	669
92.2. Processo	671
92.3. Apreciação do sistema português de causas de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (ou divórcio litigioso em sentido restrito)..	672
93. Efeitos do divórcio.....	674
93.1. O princípio da equiparação do divórcio à dissolução por morte	674
93.2. Oponibilidade dos efeitos do divórcio	674
93.3. Explicitação dos efeitos específicos do divórcio	675
93.4. O destino da casa de morada da família	680
93.5. Apreciação do regime português dos efeitos do divórcio	687
Secção IV — Outros casos de dissolução do casamento, além da morte e do divórcio.....	690
94. Enunciado.....	690
95. Celebração de novo casamento, após a declaração de morte presumida .	690
96. Mudança de sexo: de causa atípica de dissolução do casamento a possível fundamento de divórcio.....	691
97. Dispensa do casamento rato e não consumado	693

PARTE IV
DIREITO CONVIVENCIAL

Capítulo I — Constituição da união de facto.....	697
98. Noção de união de facto	697
99. Modalidades de união de facto	699
100. Requisitos da união de facto protegida	699

ÍNDICES

•	
Capítulo II — Efeitos da união de facto	707
101. Efeitos gerais da união de facto.....	707
102. Efeitos específicos da união de facto protegida.....	712
Capítulo III — Cessação da união de facto	715
103. Causas de cessação da união de facto	715
104. A liquidação dos interesses patrimoniais.....	716
105. Efeitos específicos da cessação da união de facto protegida	718
105.1. Efeitos da cessação por morte	718
105.2. Efeitos da cessação por ruptura ou casamento de um dos membros da união de facto com terceiro	729
Capítulo IV — A convivência em economia comum.....	735
106. Noção e modalidades de convivência em economia comum.....	735
107. Efeitos específicos da convivência em economia comum protegida	738
Capítulo V — Natureza jurídica da união de facto e da convivência em economia comum.....	741
108. A união de facto enquanto figura que se aproxima mais da convivência em economia comum do que da união conjugal.....	741
109. A união de facto e a convivência em economia comum protegidas enquanto relações parafamiliares.....	743
110. A união de facto e a convivência em economia comum protegidas enquanto relações emergentes de actos jurídicos	746
Capítulo VI — União sem comunhão de habitação (LAT)?	749
111. A união sem comunhão de habitação	749
REFLEXÃO FINAL	751
112. Reflexão final	753
BIBLIOGRAFIA.....	759
ÍNDICES	775
Índice de assuntos	777
Índice Geral.....	805



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt